

Santos, Clara Braz dos (2018). *O exercício moral de memória da morte: escritos religiosos do Brasil Colonial*. São Paulo: Editora Unifesp, 227 p., ISBN 978-85-5571-037-7

Clara Braz dos Santos, atualmente doutoranda na Universidade Estadual de São Paulo, publicou em 2018 o presente estudo que resulta, em grande medida, da dissertação de mestrado em História que apresentou à mesma Universidade, em 2016. As suas investigações, na área da História do Brasil colonial, centradas na análise da pregação e da cultura escrita católicas, procuram relacionar os textos encomiásticos e edificantes com as práticas de devoção, as prescrições sobre a morte e aos valores morais propagados entre as elites coloniais brasileiras, especialmente corporizados pelo clero e pela nobreza da terra.

A obra trazida agora à luz alicerça-se sobretudo na análise de sermões, elogios, sonetos fúnebres, livros de devoção e manuais de boa morte, escritos ou traduzidos em português, que circularam no Brasil colonial, nos séculos XVII e XVIII. A autora estabelece comparações, no entanto, com o século XVI, facto que enriquece a exposição permitindo ao leitor perceber diferentes etapas da missionação.

Os textos em análise ao divulgarem uma determinada imagem ou visão do além, incitavam os cristãos a pensarem na morte e despertavam os fiéis para a necessidade de preparação quotidiana do último instante. Ao associar a escatologia à moral católica, a autora teve como objetivo primordial perceber um código geral de conduta destinado à sociedade brasileira. Procurou demarcar os propósitos dos escritos, apontar os modos da sua transmissão e aferir os mecanismos que os seus formuladores utilizaram para convencer os leitores / recetores da necessidade da sua adoção e observância.

Trata-se, portanto, de uma investigação que pretende expor as atitudes dos vivos perante a morte que, para ser considerada um prelúdio de purgação para a salvação eterna, carecia de uma preparação persistente, observante dos ideais evangélicos e da doutrina católica, suscetível de conferir ao crente uma vida moralmente edificante.

Os pregadores e moralistas dos séculos XVII e XVIII, no Brasil, eram maioritariamente jesuítas. No entanto, a autora também pesquisa documentação referente a autores franciscanos, beneditinos e carmelitas, famílias religiosas que também tiveram um peso considerável no processo de evangelização do território brasileiro.

O livro tem um prefácio de Jean Marcel Carvalho França e está dividido em três capítulos. No primeiro analisa-se a escrita e a pregação sobre a morte, com o objetivo de compreender o papel dos escritos que os clérigos e moralistas julgavam pertinentes para a salvação da alma dos leitores. Nele se afirma que os livros de devoção, os manuais de confissão e os sermões, elaborados por religiosos e moralistas nas centúrias de seiscentos e setecentos, serviram o propósito de moralizar e reforçar doutrinamente os colonos e não apenas evangelizar os índios. Os leigos, defende a autora, eram os principais alvos destes escritos.

Por outro lado, não deixa de evidenciar o facto de que nem todos os textos produzidos serviam o propósito da leitura por parte dos fiéis, uma vez que a maioria dos colonos era analfabeta. Muitos eram elaborados com a finalidade de serem expostos oralmente para públicos específicos. Neles, as concepções religiosas da época são trazidas à tona, enfatizando-se a visão do mundo equiparado a um desterro onde os fiéis têm a possibilidade de se purificarem, libertando-se do pecado, e de levarem uma vida regrada que lhes conferiria a salvação da alma e, consequentemente, um lugar no reino dos céus. Este era considerado o principal objetivo de vida do cristão. Os pregadores consideraram que o caminho que conduzia à salvação só podia ser alcançado através do prescrito em leituras edificantes. O jesuíta António Maria Bonucci definiu-as como «medicamentos do ânimo», uma vez que a sua leitura e observância preservava a alma dos pecados. Preparar a alma para uma boa morte, era, portanto, uma tarefa diária na vida do crente.

Dentro desta lógica, a autora intitula o segundo capítulo de «bem viver para bem morrer». Aqui, de forma mais profunda, aborda os caminhos para a redenção que passavam pela regulação das condutas pecaminosas dos colonos brasileiros, nobres ou plebeus, acentuando

sempre o papel moralizador da morte. O capítulo clarifica o discurso dos padres da época, que apontam os dez mandamentos como regra de vida a ser observada diariamente pelos leigos. Advertem ainda que a administração dos sacramentos não basta para alcançar a salvação e difundem o modelo de vida virtuosa e devota, baseada na prática das boas obras. A autora menciona aqui o incontornável papel do ensino religioso, da ação das confrarias e irmandades e da crença no purgatório na implementação eficaz destes processos.

Pregadores e moralistas condenavam todos os *modus vivendi* alternativos ao caminho da redenção. Criticavam, de forma particular, aqueles que levavam a vida com leveza e eram apegados às coisas mundanas, preparando-se apenas para morrer nas horas que antecediam esse momento. A propósito, a autora percebe, nos discursos religiosos, os pecados mais combatidos no Brasil. Indubitavelmente, à cabeça estavam a busca desenfreada de riquezas e bens mundanos, bem como a vaidade. Estes pecados eram essencialmente atribuídos aos nobres, a quem o clero conferia, paradoxalmente, um papel moralizador na sociedade. Os nobres, pelo prestígio que tinham na sociedade de Antigo Regime, deviam apresentar-se como modelos de edificação e renúncia. Para isto acontecer, também a nobreza tinha de moralizar as suas condutas e enveredar por caminhos e práticas que conduziriam à salvação da alma, programa difícil de executar face às disputas de poder e prestígio e às próprias exigências de afirmação de supremacia dos indivíduos e famílias de ascendência aristocrática.

Com o propósito de evidenciar a difícil compatibilização da vida prática e da devota, a autora explana, no terceiro capítulo, a memória da morte e a construção da imagem do colono devoto. Pretende identificar a possibilidade de estabelecimento de um exercício específico, isto é, de um modelo para os colonos regularem as suas condutas durante a vida. Caracteriza e, conseqüentemente, distingue a morte do pecador da morte do virtuoso. Destaca a morte súbita como uma realidade que suscitava pavor entre os cristãos, uma vez que quem assim morria não teria tempo para ser sacramentado e de se preparar para o derradeiro momento.

A autora salienta que a memória da morte, veiculada pelos pregadores, dissuadia os colonos do pecado. Por sua vez, o desapego dos bens facilitava o exercício da caridade. Deste modo, cada crente deveria imaginar a sua própria morte e submeter-se à prática quotidiana do exercício moral da memória da morte. Em suma, mais uma vez, os

pregadores pretendiam passar a ideia de que aqueles que se preparavam em vida teriam uma morte digna. São ainda destacadas as cerimónias e os rituais fúnebres como momentos fortes de conjunturas ideais para a construção da memória da morte. Celebrados com publicidade e grande aparato litúrgico, reforçavam a união da comunidade católica e reavivavam a pedagogia da salvação.

A obra apresenta, no final, um anexo com breves referências biográficas sobre os padres, religiosos e moralistas que escreveram sobre a morte, nesta época, no Brasil. Estas referências coligidas pela autora podem servir de ponto de partida para estudos posteriores acerca da origem, formação e orientação do clero, muito úteis para a avaliação da ação dos missionários no Brasil colonial.

A necessidade de se conhecerem as diretrizes escolásticas da pregação e dos textos dos jesuítas no Brasil levaram a autora a destacar a importância da formação teológica aurida por alguns doutrinadores coloniais nas Universidades de Évora e de Coimbra. Os porta-vozes da moral católica, enquadrados por normas e valores da igreja pós-tridentina, reproduziram, fora da Europa, os grandes tópicos da escatologia moderna, com recurso, por vezes, a recursos imagéticos e retóricos mais adequados à vivência diária da religião em espaços de intensa coabitação com outros povos e culturas.

Por não serem alvo desta campanha de moralização e de doutrinação, ficaram de fora desta obra os índios e os escravos, limitando-se a autora a fazer breves, mas curiosas referências acerca dos mesmos, sempre integradas no âmbito do processo de educação moral dos colonos. Este é um aspeto a merecer cuidada reflexão em estudos que combinem, de forma mais ampla, a problemática antropológica e a investigação histórica.

A autora fundamenta as suas afirmações através de abundantes citações de fontes no corpo do texto. A perspetiva comparativa no estudo da cultura e das mentalidades, centrada na difusão do catolicismo das práticas missionárias, é tributária tanto da visão clássica de Charles Boxer como das revisões e atualizações propostas por Federico Palomo e José Pedro Paiva, entre outros. No campo específico da História da morte, a autora utiliza, de forma criteriosa, a bibliografia internacional e, em especial, os estudos de Ana Cristina Araújo.

É incontornável a necessidade de conhecimento de questões de natureza doutrinal e teológica quando se abordam as temáticas religiosas, lacuna presente em muitas obras. Por isso, merece menção especial o facto

de a autora revelar segurança no tratamento de conceitos e temáticas específicas acerca da doutrina da Igreja e até da Bíblia. Bem informado e documentado, o livro de Clara Braz dos Santos, pode assim servir, pelas indicações seguras que fornece, para ilustrar futuros estudos comparativos com outras regiões geográficas ou áreas do Império Português na Época Moderna. Neste sentido, *O exercício moral de memória da morte: escritos religiosos do Brasil Colonial* constitui uma aproximação, a ter em conta, no estudo da cultura, das práticas religiosas e dos hábitos dos portugueses no Brasil, em África e na Ásia nos séculos XVII e XVIII.

Filipe Miguel de Andrade Campos  
Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras  
filipeandrade37@hotmail.com  
<https://orcid.org/0000-0002-9350-2290>

